

37º Encontro Anual da ANPOCS

Seminário Temático No. 39

Neodesenvolvimentismo e conflitos ambientais urbanos e rurais:
disputas por espaço e recursos entre classes e grupos sociais

**“Guardar é para tirar depois”: disputas territoriais e
conceituais na Reserva Mamirauá, AM.**

Nelissa Peralta

**“Guardar é para tirar depois”: disputas territoriais e conceituais no Lago
Mamirauá, AM.**

Resumo

Preservar ou conservar a biodiversidade? Paradigmas que são alvos de disputa entre populações tradicionais de uma unidade de conservação: a RDS Mamirauá (AM). A disputa em questão trata-se da destinação de um território (e seus lagos, recursos pesqueiros e faunísticos) como uma área de proteção total. O objetivo deste trabalho é refletir sobre esta controvérsia entre agentes sociais que disputam sua ação sobre um território com base em diferentes percepções da conservação. O estudo de caso foi feito com base em entrevistas abertas e análise documental. Os resultados da pesquisa mostram que estratégias de conservação que associam conservação da biodiversidade e benefícios econômicos podem ter resultados ambíguos. O turismo, por exemplo, foi um incentivo aos esforços locais contra ameaças de agentes externos. Com relação às disputas internas, foi uma motivação para aqueles que se beneficiaram com turismo a manter o status de proteção total do lago, que viam como importante para a manutenção da atividade. Mas por outro lado, a associação foi uma das justificativas para a mudança de categoria do lago por parte daqueles que não se consideravam beneficiados.

“Guardar é para tirar depois”: disputas territoriais e conceituais no Lago Mimirauá, AM.

Introdução

Na região do médio Rio Solimões no estado do Amazonas a ação de *guardar lagos* é uma antiga e disseminada estratégia de uso do território. Guardar lagos significa impedir o seu acesso aos usuários externos e regular sua própria atividade naquele território. Os lagos podiam ser guardados por patrões que controlavam um determinado território ou por indivíduos que se diziam *proprietários dos mesmos*. A ação de guardar lagos ganhou força a partir do Movimento de Preservação de lagos incentivado pela Igreja Católica e instituído na região nos anos 80. Anteriormente, lagos eram guardados por “proprietários” para uso privado, mas a partir dos anos 80, o Movimento de Preservação vindicava o direito de guardar lagos de forma coletiva para o uso de comunidades de *ribeirinhos*. Com isso, o movimento tentava realizar um tipo de ordenamento territorial para regular o uso dos recursos, permitindo que as comunidades pudessem ter acesso exclusivo a porções do território para sua sobrevivência. No contexto desse Movimento incentivado pela Igreja, as comunidades guardavam dois tipos de lagos: uns para uso direto, lagos de manutenção; e outros que deveriam ser deixados intocados, os lagos de procriação, estes últimos deveriam permitir o repovoamento de outros lagos.

Esse ordenamento foi questionado por usuários externos, principalmente pescadores urbanos das cidades de entorno, que haviam historicamente usado aqueles ambientes para a pesca comercial. Posteriormente, a categoria de lago de procriação foi questionada pelos próprios ribeirinhos que queriam realizar a pesca comercial nos lagos de procriação. A partir dos anos 90, com a decretação de uma unidade de conservação naquela região, - a Reserva Mimirauá - e a inclusão de uma área de proteção total no seu zoneamento, *guardar, cuidar, reparar* lagos passou a fazer parte do cotidiano das comunidades locais e os usuários externos passaram a ser categorizados como *invasores*.

Durante os anos 2000, o território protegido foi destinado a atividades de turismo de base comunitária, que beneficiaram economicamente parte dos moradores da área.

Todavia, passados vinte anos de proteção, alguns moradores locais estão atualmente disputando a destinação da área para a proteção integral. E a área tornou-se terreno de disputa entre os grupos sociais. Este trabalho pretende refletir sobre esta controvérsia entre agentes sociais que disputam a destinação do território como área de proteção integral. O estudo foi feito com base em entrevistas abertas e análise documental entre comunidades da área do Lago Mamirauá, próxima à cidade de Alvarães, no interior do Amazonas.

Conservação e Preservação: paradigmas ainda em disputa?

A disputa ocorre dentro dos limites de uma unidade de conservação. As unidades de conservação são espaços territoriais e seus recursos ambientais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (SNUC, 2000). Dividem-se entre unidades de proteção integral e uso sustentável. Nas Unidades de Proteção Integral o objetivo é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais. Nas UCs de uso sustentável o objetivo é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Dentre as UC de uso sustentável, estão as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), unidades que permitem a residência de populações locais e o uso dos recursos naturais, assegurando ao mesmo tempo, a preservação da natureza e as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida dessas populações (SNUC, 2000). A categoria de Reserva de Desenvolvimento Sustentável, embora seja unidade de uso sustentável, prevê em seu sistema de zoneamento, áreas de proteção integral, onde não são permitidas atividades de uso direto, mas apenas pesquisa, proteção e turismo.

A separação das unidades de conservação nessas duas categorias representa não apenas dois tipos de ordenamentos territoriais, mas reflete principalmente a história da conservação *in situ*, que a princípio privilegiou estratégias de conservação com base no estabelecimento de áreas *protegidas* da ação humana. Estas estratégias estavam baseadas visões de mundo que concebem a natureza como algo separado e distinto do social e a noção que o natural pode apenas ser protegido se separado das populações humanas (Lima, 2002).

Para Albert (1995) exploração ou preservação da natureza remetem ao mesmo pressuposto de uma Natureza-objeto, reificada enquanto instância separada da sociedade e a ela subjugada. A conservação da natureza em unidades de conservação indica uma repartição do espaço entre áreas onde a biodiversidade é prioridade, e áreas onde se praticam os modos sociais de apropriação do mundo material vigentes.

Até a década de 1980 a criação de áreas de proteção integral, livres da intervenção humana, era o paradigma dominante que delineava as estratégias de conservação. A maioria das Unidades de Conservação que foram estabelecidas até então tinha como base este modelo de exclusão da população (Adams et al., 2004; Hayes 2006).

As áreas de proteção integral tiveram custos sociais altíssimos deslocando populações no mundo inteiro (WEST *et al.*, 2006), custos sociais que eram assumidos pelos povos locais (GOSSLING, 1999). No Terceiro Congresso Mundial de Parques Nacionais realizado em Bali em 1982 avaliaram-se os avanços da política de conservação internacional de implantação de áreas protegidas de proteção integral. A conclusão foi que nos países em desenvolvimento a estratégia de exclusão das populações humanas deveria ser reprovada, por não cumprir com seus objetivos devido aos conflitos sociais gerados e ao seu baixo nível de aceitação social. Os participantes do Congresso reconheceram especialmente que as populações das áreas protegidas e do seu entorno poderiam apoiar a gestão da área protegida “se sentirem que estão usufruindo apropriadamente dos benefícios provenientes da área protegida, sendo compensados apropriadamente por qualquer perda de direitos e levados em conta/consideração nos planejamentos e operações” (IUCN, 1982 *apud* SCHERL *et al.*, 2006, p. 5). Os custos sociais e econômicos da implantação destas áreas protegidas seriam majoritariamente absorvidos por estas populações locais e, portanto, elas deveriam fazer parte das tomadas de decisão em relação à criação de UCs, às formas de gestão e aos benefícios gerados pela biodiversidade.

A ideia de que a pobreza e a degradação ambiental estariam correlacionadas também justificou políticas de conservação que consideravam a redução da pobreza como estratégia de conservação dos recursos naturais (WUNDER, 2001). A partir de meados dos anos 80, houve ampla aceitação da necessidade de incluir a população local na equação de conservação – como o presidente da União Internacional para a

Conservação da Natureza (UICN) argumentou em 1992: "se os povos locais não apoiarem as áreas protegidas, elas não irão durar" (ADAMS *et al.*, 2004).

Desde então conservacionistas apoiaram políticas de conservação que integravam os interesses locais das populações residentes nas estratégias de gestão das áreas (Diegues 1994; Brandon 1995; Schwartzman *et al.* 2000). Na Amazônia, estudos sobre o tema demonstraram que face às dificuldades de implantação e aos conflitos sociais gerados por unidade de proteção integral, houve estímulo tanto para a manutenção de populações locais em áreas protegidas quanto para a promoção do uso sustentável dos recursos naturais. "Com o apoio de instituições ambientalistas internacionais, as reservas extrativistas e de desenvolvimento sustentável passaram a dominar o cenário da conservação ambiental no Brasil" (Lima, 2002).

Mais recentemente, no entanto, críticos têm retratado unidades de conservação de uso sustentável como impossibilitadas de atingir os dois objetivos de conservação e de desenvolvimento social (KISS, 2004; CHAPIN, 2004; PERES, 2010), e, assim revivemos o velho debate dos "parques versus o uso sustentável". Por um lado as críticas afirmam que conservacionistas não estavam aptos a formar uma parceria duradoura e efetiva com as populações locais (Chapin, 2004). Outros autores afirmam que a verdadeira tarefa seria proteger a biodiversidade (Brandon, 1998) e a biologia deve ser o princípio básico da conservação da biodiversidade em áreas protegidas (Sanderson e Redford 2000; Peres, 2010).

Em um extremo há os que são favoráveis a estratégias de criação de parques ou reservas de proteção total sem populações residentes (Terborgh, 1999; Redford 1991; Redford e Sanderson, 2000; Peres, 2010); no outro extremo, aqueles que são contra qualquer tipo de restrição *top-down* ao uso de recursos naturais por parte de populações humanas (Wood, 1995; Chapin, 2004). As evidências são controversas: enquanto alguns estudos demonstram a efetividade das unidades de conservação em coibir a conversão florestal (Bruner *et al.* 2001) outros estudos mostram que não há diferença significativa entre florestas legalmente protegidas e florestas 'tradicionalmente' manejadas (Hayes, 2006).

Para além da discussão entre ambientalistas de parques 'com gente e sem gente', há de se reconhecer que ameaças importantes à conservação da biodiversidade estão

relacionadas com a política (e mais precisamente com princípios de governança política dos recursos). Trabalhos desenvolvidos no âmbito das ciências sociais demonstram que o sucesso da conservação da biodiversidade está muito mais relacionado às estratégias políticas dos atores sociais envolvidos, sejam eles cientistas, populações locais, ou governo. Sem esforços locais em favor da conservação, os esforços legais de proteção à biodiversidade (como a decretação de UCs) serão sempre insuficientes (Hayes & Ostrom 2005). Como nos sugere Agrawal (2003) manejar recursos não é apenas prover soluções técnicas para problemas objetivos de desenvolvimento e conservação ambiental, deve-se considerar que estes problemas e soluções podem ser parte de um processo político.

Rands (2010) também afirma que políticas públicas em prol da conservação da biodiversidade geralmente não incluem uma etapa fundamental: o estabelecimento de governança com normas e ações apropriadas. O fortalecimento de sistemas de governança em escalas adequadas é talvez o desafio mais importante deste século para a conservação da biodiversidade e este desafio deve ser enfrentado com análise e compreensão aprofundada dos processos de governança que interagem com a dinâmica dos sistemas ecológicos (Agrawal e Ostrom 2006). Os cientistas sociais devem contribuir para tal compreensão seja através de estudos sobre as relações de poder em contextos locais (Scott, 1985), sobre as normas que regulam o uso de recursos (Ostrom 1990) ou mesmo sobre o papel da mobilização da sociedade civil em favor de políticas públicas favoráveis à conservação (Putnam 1993).

O estudo de caso apresentado aqui tem a intenção de descrever a micropolítica da conservação da biodiversidade em uma área disputada por três grupos de interesse que fazem alianças conjunturais, negociam normas e formulam estratégias de governança.

Histórico

O local onde a disputa ocorre se trata do lago Mimirauá um ambiente localizado dentro de uma área de proteção total no sistema de zoneamento da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mimirauá (fig. 1). A disputa ocorre porque parte dos moradores das comunidades locais daquela área pretende mudar a categoria do lago de proteção total para comercialização e parte das comunidades e seus moradores pretende manter o status do lago.

As *comunidades* são conjuntos de famílias geralmente ligadas por laços de parentesco, afinidade ou compadrio, que se organizam politicamente e controlam um determinado território onde desenvolvem suas atividades produtivas. As comunidades locais têm em média 10 casas. As comunidades têm geralmente alguma infraestrutura básica, como um centro comunitário, uma igreja e uma escola. Os líderes políticos locais são eleitos democraticamente e ficam responsáveis por representar os interesses da comunidade. Os habitantes locais estão sujeitos a uma ordem comum, que supostamente os faz observar decisões coletivas sobre o uso dos recursos naturais (LIMA, 1992). Assim, mesmo quando não são aplicadas sanções formais, os infratores das normas estabelecidas pelo grupo sofrem alguma censura social.

As comunidades estão politicamente agrupadas em *setores*, isto é, um conjunto de comunidades localizadas geograficamente próximas umas das outras, que são politicamente envolvidas e tomam decisões coletivas sobre o uso comum de recursos. As comunidades precisam envolver-se em atividades do seu setor, como a participação em reuniões e assembleias, e vigilância de seu território e recursos. O conjunto da Reserva Mamirauá é dividido em 17 setores.

Os meios de subsistência das famílias são dependentes dos recursos naturais, especialmente da pesca, da madeira e de terras altas para a agricultura (LIMA, 1997). A maioria das famílias desempenha uma combinação destas atividades econômicas, dependendo da estação. A produção é destinada ao autoconsumo e às trocas no mercado. A geração de renda vem da venda de produtos (especialmente pescado e farinha de mandioca), salários e programas de renda do governo (Peralta *et al.* 2009). Pesquisas recentes mostram que a renda das famílias têm melhorado nos últimos 15 anos (PERALTA *et al.*, 2009), mas ainda são muito abaixo da média nacional. Indicadores de educação e saúde sugerem baixos padrões de vida. Apenas 58% da população com mais de 10 anos de idade é capaz de ler (MOURA *et al.* 2012) e, embora a situação tenha melhorado nos últimos 15 anos, altas taxas de mortalidade infantil ainda prevalecem na área (35 ‰) (IDSM, 2010).

A criação da Reserva de Mamirauá, em 1990 foi o resultado de uma associação entre os líderes de um movimento social popular (chamado de Movimento de Preservação) e um grupo de pesquisadores que, durante os anos oitenta, combinaram esforços em direção ao objetivo comum de proteger parte da área onde hoje está

localizada a Reserva Mamirauá da pesca predatória e da exploração comercial (REIS, 2005; PERALTA, 2002).

O Movimento Preservação foi promovido por uma ala progressista da Igreja Católica local, que na década anterior e por meio do Movimento de Educação de Base (MEB) havia incentivado e apoiado a formação e organização das comunidades locais. Antes disso, as pessoas eram dependentes de um sistema de patronagem por dívida conhecido como aviamento (LIMA, 1992). Quando o comércio rural declinou e os patrões se mudaram para as cidades urbanas, os assentamentos foram se espalhando ao longo dos rios e canais. Durante os anos setenta, devido a um aumento da produtividade da indústria da pesca e do declínio dos estoques perto de cidades urbanas, como Manaus e Itacoatiara, grandes embarcações navegaram rio acima para fazer uso dos estoques de que as comunidades dependiam para sua subsistência (DERICKX, 1992). Com o apoio da Igreja Católica local, essas comunidades criaram um sistema de gestão do território, que dividiu lagos em diferentes categorias - preservação, subsistência e lagos livres. Os lagos de manutenção eram destinados ao uso cotidiano das comunidades para atender suas necessidades proteicas. Os lagos de procriação deveriam ser deixados intocados, para permitir o repovoamento de outros lagos. Os primeiros dois tipos eram protegidos por membros das próprias comunidades da exploração de *invasores*; os lagos livres, por sua vez, foram destinados aos pescadores comerciais.

Como o movimento de preservação não tinha base legal, todos os esforços de preservação, como o sistema de zoneamento, a apreensão de materiais dos pescadores comerciais eram desafiados pelas elites políticas locais (REIS, 2005; PERALTA, 2002). A parceria com pesquisadores para a criação da unidade de conservação em 1990, deu à proteção da área um estatuto oficial, legal. Posteriormente, o desafio foi criar uma estratégia que permitiria as populações locais permanecer na área e usar seus recursos de forma sustentável.

O Projeto Mamirauá nasceu formalmente no início dos anos 1990¹, composto por uma equipe multidisciplinar de profissionais de várias instituições que se reuniram para

¹ Uma Organização Não Governamental (ONG) foi criada em 1992 para conseguir captar e gerir recursos humanos e financeiros para a implementação da unidade de conservação. A Sociedade Civil Mamirauá (SCM) recebeu também a gestão compartilhada da UC com o Estado do Amazonas. Em 1999 criou-se o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, instituição qualificada como Organização Social e

elaborar o plano de manejo da recém-criada unidade de conservação: a Estação Ecológica Mamirauá. A ideia do projeto era criar e implementar uma unidade de conservação que permitisse a permanência de populações humanas e o uso dos recursos naturais, como estratégia de conservação da biodiversidade. Porém, a UC foi decretada como Estação Ecológica - uma categoria de unidade de conservação de proteção integral, que não permite a residência de populações dentro de sua área. O grupo de pesquisadores responsáveis pela proposta de criação da Reserva trabalhou firmemente para a mudança de categoria da unidade de Estação Ecológica para Reserva de Desenvolvimento Sustentável, pois entendiam que a presença das populações e o uso sustentável dos recursos através do manejo participativo eram fundamentais para a consolidação da UC.

Em 1996, a unidade de conservação foi recategorizada pelo governo estadual em RDS – uma nova categoria que viria tornar-se reconhecida a nível federal em 2000, com a decretação do SNUC. Desde sua criação e posterior inclusão no Sistema Nacional de Unidades de Conservação, as RDS têm aumentado em número e extensão territorial. Existem hoje no Brasil cerca de 36 em 11,4 milhões de hectares (IDSM, 2011).

Em 1996, eles alcançaram este objetivo, publicando um plano de manejo da Reserva. O sistema de zoneamento destinou uma área como zona totalmente protegida, onde a ocupação e os assentamentos humanos e uso dos recursos naturais foram proibidos. Circundante a esta área uma zona de uso sustentável, onde a maioria dos assentamentos já estava localizada e as atividades produtivas e econômicas poderiam ser realizadas. A atribuição de uma zona de proteção com restrições para uso produtivo foi considerado como um custo para comunidades locais, que teriam perdas econômicas resultantes das restrições impostas pelo plano de gestão (SCM, 1996). Assim, um conjunto de atividades econômicas de integração ao mercado foram propostas no plano de manejo, entre elas, a gestão da pesca, de manejo florestal e ecoturismo.

Um empreendimento de ecoturismo de base comunitária foi planejado para ser desenvolvido no setor Mamirauá, dentro da zona totalmente protegida próxima ao Lago Mamirauá – uma área antes sujeita à pressão das grandes embarcações de pesca que vinham de grandes centros urbanos e extraíam toneladas de pescado da área.

que tem como objetivo realizar pesquisas voltadas para a conservação e uso da biodiversidade. A instituição é fomentada e supervisionada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação.

O setor Mamirauá tem hoje um conjunto de onze comunidades com cerca de 750 pessoas. Novos assentamentos foram estabelecidos na área recentemente. Estes novos assentamentos não fizeram parte do movimento de preservação, e não eram tão envolvidos com atividades do Instituto Mamirauá, como com aquelas desenvolvidas pelo Programa de Ecoturismo.

“Guardar é para tirar depois”

O programa de ecoturismo iniciou suas atividades em 1997, como o objetivo de promover a conservação do meio-ambiente e a melhoria da qualidade de vida da comunidade local. Para atingir tais objetivos, o programa de ecoturismo buscou desenvolver as seguintes ações: planejamento turístico e estudos de viabilidade, implantação de infraestrutura de mínimo impacto, desenvolvimento do produto, uma estratégia de marketing responsável, geração de benefícios socioeconômicos para a população local, promoção da capacitação do pessoal local e sua organização comunitária e monitoramento dos impactos gerados pela atividade (Peralta, 2002).

No início do desenvolvimento do ecoturismo, apenas duas comunidades participaram mais ativamente do processo: Boca do Mamirauá e Vila Alencar. Essas comunidades eram também as que se envolveram mais intensamente no movimento de preservação durante os anos oitenta e na criação da reserva nos anos noventa. Embora relacionadas por parentesco, as duas comunidades têm uma história de disputas políticas. Nos anos 80, as famílias que residiam na mesma localidade se dividiram por conta de brigas internas e as disputas mais atuais estão também associadas àquela separação.

O estudo de viabilidade concluiu que uma Pousada de Ecoturismo na RDS Mamirauá seria um empreendimento rentável no médio prazo, mesmo com uma pequena quantidade de visitantes (1000² pessoas ao ano) (Jáner, 1998). Depois do resultado favorável do estudo, vários projetos foram enviados para fontes financiadoras com o objetivo de obter fundos para o desenvolvimento do programa. A agência de desenvolvimento internacional britânica *Department for International Development*

² A questão da minimização do número de turistas era importante porque os pesquisadores e os moradores se preocupavam com os impactos ambientais da atividade.

(DFID), concordou em apoiar o desenvolvimento do ecoturismo como uma das alternativas econômicas da Reserva Mamirauá.

A Pousada Flutuante Uacari foi inaugurada em julho de 2001. Os prestadores dos serviços hoteleiros, assim como os condutores de visitantes são moradores do setor Mamirauá. Seis comunidades do Setor atuam ativamente na Pousada - no seu gerenciamento, na prestação de serviços, na venda de produtos, na condução de visitantes. Os atrativos turísticos naturais, culturais e científicos combinam-se proporcionando ao visitante uma experiência diversificada. A vida selvagem abundante, resultado muitos anos de conservação é um dos principais atrativos de turistas à área (Peralta, 2005). Nos lagos, trilhas e canos da Reserva Mamirauá, os visitantes encontram macacos, botos, jacarés e muitas espécies de aves. O intercâmbio com a cultura local também é importante - visitas às comunidades ribeirinhas que utilizam e manejam seus recursos naturais de forma sustentável, também fazem parte da experiência. Nas comunidades, os visitantes têm oportunidade de conhecer a rotina do morador local e visitar a associações de produtores locais (Peralta, 2005).

Inúmeros eventos de capacitação envolvendo a população local e os técnicos do programa buscavam obter maior qualidade nos serviços turísticos. Concomitante a isso, com o apoio do programa, os prestadores de serviço começaram a organizar uma associação – a Associação de Auxiliares e Guias de Ecoturismo do Mamirauá (AAGEMAM). Aqueles que se envolviam mais diretamente com a atividade (seja através da prestação de serviços ou da venda de produtos) a apoiavam também mais diretamente. Entretanto, devido ao fluxo ainda baixo de turistas, os benefícios econômicos ainda não eram altos e estavam concentrados em um pequeno número de famílias (cerca de trinta famílias no ano de 2002). A equipe procurava distribuir ao máximo os benefícios econômicos através de diversas estratégias, entre elas um sistema de rodízio de prestadores de serviços, para que todos os associados tivessem oportunidade de ao menos uma vez ao mês prestar serviços na pousada. Outra estratégia buscada foi privilegiar a compra de pescado e produtos agrícolas locais no abastecimento da cozinha da pousada. Entretanto, isso nem sempre era possível, devido a problemas logísticos, no transporte, na comunicação e na garantia da oferta de produtos. Todas as decisões referentes à atividade de ecoturismo são discutidas com a associação, mas a AAGEMAM também se tornou

um importante locutor dos interesses dos associados, não apenas em questões referentes ao ecoturismo, mas em relação à conservação e ao uso dos recursos naturais do local.

Entre os anos de 2000 a 2005 o fluxo de turistas aumentava em 20% ao ano. Os benefícios econômicos às comunidades locais cresciam, assim como seu interesse na proteção da área destinada ao turismo. A renda gerada para as comunidades locais advinda do fluxo de turistas entre 1998 e 2011 foi de um total de cerca de R\$ 1,5 milhão (OZÓRIO; JÁNER, 2012).

Além dos impactos diretos na economia local, o empreendimento contribuiu para o desenvolvimento local das comunidades e para a conservação da área através do repasse direto dos *excedentes* do empreendimento às comunidades locais (50% destinados à atividade de proteção ambiental da área do Setor Mamirauá e 50% a projetos de desenvolvimento comunitário das comunidades locais). A aplicação dos excedentes na proteção ambiental da área se deveu a um entendimento de que as bases da atividade de ecoturismo eram seus atrativos naturais. Portanto, a atividade deveria investir na proteção ambiental para garantir sua própria sustentabilidade em longo prazo. Defendia-se também que o investimento em ações de proteção ambiental traria benefícios indiretos às comunidades em termos de aumento de recursos naturais importantes para a sobrevivência da população, como o pescado.

Ao apresentar essa proposição às comunidades, a equipe de ecoturismo obteve o apoio das lideranças locais que estavam diretamente ligadas ao sistema de proteção ambiental da área,³ o que foi fundamental, pois nem todas as comunidades concordaram com a deliberação, principalmente aquelas que não estiveram envolvidas, nem com o Movimento de Preservação, nem com a criação da reserva, com as atividades da Pousada Uacari, ou com a proteção da área, mas que, ao contrário, tendiam a transgredir as normas de uso.

Em relação aos 50% destinados às comunidades, cada uma delas discutiu e apresentou suas propostas sobre o método de divisão dos excedentes e sua aplicação. Ficou acordado que sete comunidades do setor deveriam receber parte dos excedentes e aplicá-los em projetos de desenvolvimento comunitário que beneficiassem a todos os membros da comunidade, ou seja, que não fossem apropriados individualmente.

³ Os guarda-parques, os agentes ambientais voluntários e o coordenador do Setor Mamirauá, Sr. Afonso Carvalho.

Houve o acordo entre as comunidades, no qual elas concordaram em distribuir os excedentes em partes iguais naquele primeiro ano. Mas a proposta da coordenação do Setor era rever a divisão no ano seguinte:

Afonso Carvalho⁴ falou que a proposta da Vila Alencar é que o dinheiro seja dividido em partes iguais, neste [primeiro] ano, mas a proposta deve ser entendida como uma chance que estava sendo dada para as comunidades, que pouco colaboram com as atividades do setor. Na divisão dos lucros do próximo ano, seriam criados critérios que vão avaliar a atuação de cada comunidade, para que a divisão seja feita de acordo com a participação das comunidades nas atividades desenvolvidas pelo Setor, como: fiscalização, participação nos encontros do setor e etc. Afonso, aproveitou para falar do fracasso da participação das comunidades nos encontros de setor e do acúmulo de trabalho que o coordenador tem, e que atualmente somente a Boca do Mamirauá colabora. Afonso lançou então a proposta de dividir o dinheiro nos próximos anos, mas somente baseado em critérios que devem ser elaborados pelo setor. Todos apoiaram e aplaudiram a proposta. (IDSM, 2002).

A liderança que atuava na coordenação dos trabalhos do setor usou essa oportunidade para aproximar aquelas comunidades que se encontravam afastadas dos trabalhos de organização do setor. Era uma estratégia de fortalecer a organização política, reaproximar as lideranças e arregimentar aliados para as atividades de proteção ambiental. Essa decisão favoreceu também o envolvimento das demais comunidades com a atividade de ecoturismo e promoveu cada vez mais a relação entre a atividade econômica e a proteção da área.

No ano seguinte os critérios de avaliação foram formulados correspondendo à participação das comunidades nas atividades de organização do setor, de proteção ambiental dos recursos da área, respeito às normas de uso dos recursos e atendimento às normas da atividade de ecoturismo. Uma comissão com representantes das comunidades locais foi criada para avaliar o desempenho das comunidades em relação à atenção as normas (PERALTA, 2005).

A comissão atuou bem nos anos em que havia excedentes a serem divididos entre as comunidades. O sistema incentivou a atenção às normas e fortaleceu politicamente o setor. Entretanto, o nível de atenção às normas ficou associado a presença de incentivos econômicos advindos da atividade de ecoturismo. Quando o fluxo de turistas diminuiu a

⁴ Liderança local, presidente da comunidade de Vila Alencar e coordenador do Setor Mamirauá.

partir de 2007 e a Pousada deixou de produzir os excedentes, as comunidades deixaram de atender as normas e a comissão deixou de reunir-se para avaliar o desempenho das comunidades. Os líderes locais viram que a organização do setor estava enfraquecida e as comunidades não estavam atendendo às normas. As normas de uso não foram respeitadas pelas comunidades porque não havia expectativa de receber *excedentes* da pousada nos anos de 2006 a 2008.

[O guarda-parque] diz que todos erraram. Porque o que aconteceu é que sabiam que não tinha dinheiro de lucros do ecoturismo, então muitos invadiram a *área do ecoturismo*. As pessoas disseram que houve muita invasão porque não teve lucro do ecoturismo, mas ele acha que tendo dinheiro para dividir ou não, tem que cumprir as normas. (IDSM, fev. 2008, grifos nossos).

Desde 2005 havia pressão por parte de um grupo de pescadores, inclusive agentes ambientais e lideranças locais, para a realização da pesca de pirarucus no sistema de lagos Mamirauá. Ao mesmo tempo, membros da Associação de Auxiliares e Guias de Ecoturismo se articulavam para fazer oposição a essa organização. Em reunião de 17 de setembro de 2005, esse grupo escreveu o seguinte relato, que foi seguido de um convite a membros do Instituto Mamirauá para que participassem de uma reunião no setor:

Foi feita uma organização de PCP [pesca comercial] que não está sendo de acordo com todos os membros do Setor que estão envolvidos em uma organização da diretoria do Setor Mamirauá. Essa pauta foi feita que o PCP, aos responsáveis, [coordenador do setor] e [guarda-parque] fizeram uma pesca irregular nos dias 14 de setembro de 2005 nos lagos dentro da Reserva Mamirauá: lago Mamirauá, Teiú, Jacitara e Levi e estirão do Mamirauá, com 52 pescadores, nove canoas com rabeta e mais de 10 canoinhas e malhadeiras e caixa de isopor. Estamos preocupados porque é uma área intocável e de preservação da área de ecoturismo, onde muitos moradores estão trabalhando em favor da preservação e não da destruição dessa área [...] O Setor Mamirauá conta com sete comunidades, e estão apresentando oito comunidades e a maioria destes pescadores são os invasores [...] Não aceitamos essa pesca em nossa área (esse é o nosso atrativo). Queremos sua presença nessa reunião para explicar se pode pescar no Mamirauá. (Ata da reunião da Aageman, 17 set. 2005).

O Setor Mamirauá se encontrava dividido entre aqueles que recebiam benefícios econômicos através do turismo e aqueles que não recebiam e planejavam realizar a pesca de pirarucus nas áreas que foram destinadas à preservação no plano de manejo da Reserva Mamirauá. As razões para essa divisão política eram também econômicas. Um

levantamento socioeconômico de 2011 mostrou que a renda média anual domiciliar das quatro comunidades que atuavam mais diretamente com turismo era 34% maior que as demais comunidades do setor. Enquanto os beneficiários do turismo viam a preservação da área como uma fonte de renda direta, os que não participavam diretamente queriam receber mais benefícios através do uso dos recursos naturais, principalmente o pescado.

O embate político interno durou cerca de oito anos. A princípio, o grupo ligado ao turismo conseguiu manter a área protegida por ter maior acesso a recursos financeiros e de infraestrutura. Mesmo sem a existência de excedentes, a pousada Uacari decidiu investir no pagamento de diárias aos agentes ambientais para garantir a proteção da área do Lago Mamirauá, que se encontrava vulnerável. Moradores locais que não concordavam com a pesca na zona de proteção ambiental faziam a vigilância da área e a pousada fornecia os botes e a gasolina. Estes agentes sempre *acompanhavam* os pescadores quando estes entravam na área de proteção total para tentar impedir a pesca na área de proteção.

Mas no final de 2008 a organização de pescadores reuniu-se para conseguir aliados ao seu pleito de transformar a zona de proteção total em área de uso.

Nessa área como pesquisa, ecoturismo e outras, confirmamos que já tivemos muitos prejuízos e só agora descobrimos que remamos durante todos esses anos contra todas as nossas iniciativas de pesca. Hoje estamos cientes de acordo com nossos conhecimentos [que] isso não terá impacto algum, só trará mais benefício e geração de mais uma renda para a família. Concluímos que a renda do ecoturismo é importante, mas não beneficia as famílias, beneficia as comunidades em comum. Enquanto tem famílias precisando da sua própria renda para uma boa vivência no social. Estamos dispostos junto com todos no setor a negociação da área do lago Mamirauá, deixando uma outra área de preservação total, mantendo o respeito de todos do setor, fazer pesca com regras, não havendo exploração exagerada, constante só em tempo certo. Área que vai da entrada do lago Mamirauá à volta do Pagão. Requeremos o Lago Mamirauá como subsistência e pedimos o apoio de todo o setor nesta assembleia. (Ata do acordo de pesca do Setor, 21 out. 2008).

O argumento principal que os pescadores usavam para transformar a área em uma área de uso e não de preservação integral era que os comunitários estariam preservando e as pessoas de fora (invasores) pescavam dentro da área, ou seja, estavam “*guardando para os outros levarem*”. Os pescadores sugeriram outras áreas para serem destinadas como proteção integral, mas o Instituto não considerou tais áreas apropriadas.

Seu Francisco diz que esse peixe do Lago Mamirauá quem pesca é o pessoal de fora. Neste caso quem está levando todo o lucro é o povo de fora. O que adianta? Este peixe tem que ser conservado em vida lá. É no sentido de não deixar explorar tanto estas áreas. Este peixe tem que ser mantido vivo. Francinei pergunta o que adianta a gente vigiar se o pessoal de fora que vem pescar os peixes? (Ata da reunião de divisão de excedentes, fev. 2008a).

O argumento conseguiu convencer principalmente porque era usado pelos próprios guarda-parques, responsáveis pela proteção da área. Em março de 2009, os representantes do Setor Mamirauá levaram à Assembleia Geral de moradores e usuários da Reserva Mamirauá o pedido de transformação da área de proteção total para uso sustentável. Como não houve decisão sobre o tema naquele fórum, estes representantes levaram o pedido às reuniões do Conselho Deliberativo da unidade de conservação, em pelo menos duas ocasiões diferentes.

Arisson *Caju* [(guarda-parque)] adicionou que trabalha com as comunidades e vem ajudando a guardar o lago há 16 anos, mas que embora eles não possam utilizar o recurso, invasores do Abial (Tefé) e Alvarães são os únicos que se beneficiam dele. Disse ainda que o ecoturismo não é suficiente para suprir suas necessidades, e que apenas 5-10% dos moradores do setor trabalham no ecoturismo. Caju disse ainda que *as pessoas que aprovaram o Plano de Manejo na época não pensaram no futuro, só em guardar, guardar e guardar*. Marmontel [(representante do Instituto Mamirauá)] lembrou que aquela área foi selecionada para preservação permanente ainda na época do Márcio Ayres, com os princípios que a Igreja também praticava, é a de melhor fiscalização, sua proteção surtiu efeito e ela é a mais emblemática da Reserva; *guardar é um dos princípios da conservação*. Arisson disse que neste tempo os comunitários esperavam um plano de pesca, que nunca ocorreu, há pouco incentivo e a instituição não ajuda; muitos estão pensando em parar, e se continuar assim só permanecerão Arissônio e Ari atuando na fiscalização. (Ata da reunião do Conselho Deliberativo da RDSM, 2010).

Em maio de 2011 o conselho deliberativo aprovou a mudança da categoria do Lago Mamirauá para lago de comercialização. O IDSM considerava a zona de proteção integral, e o Lago Mamirauá em particular, como uma área de alta importância ecológica para proteger a biodiversidade da Reserva como um todo.

I) O Sistema de Zoneamento da RDSM é fundamental para a manutenção do ordenamento territorial e da saúde ambiental da reserva e de seus setores, por ser a forma mais eficiente de orientar as áreas de produção e extração, e de proteger a rica biodiversidade da RDSM. As

Zonas de Proteção Integral representam focos de extrema diversidade pedológica, geomorfológica, botânica e zoológica, abrangendo grandes populações de espécies ameaçadas e endêmicas. Estas zonas não apenas representam concentrações importantes de populações importantes, mas também uma forma eficiente de permitir a recuperação de populações das mesmas espécies em áreas próximas que se encontram ainda deprimidas, em estágio de sobre-exploração;

II) A manutenção destas Zonas de Proteção Integral são também cruciais para a manutenção, e futura implementação, de sistemas de uso sustentável de recursos naturais, dos mais variados tipos. São responsáveis para manutenção de um equilíbrio entre “áreas-fonte” e “áreas-sumidouro” (*sink-source*) dentro da reserva, e também de seu entorno. A interrupção deste equilíbrio pode gerar uma ameaça concreta a outros sistemas de manejo em outros locais, além de inviabilizar os sistemas de manejo locais (em curso ou em fase de construção). (IDSM, 2012b).

O Instituto Mamirauá, que sempre havia sido contra a mudança de categoria, reagiu de forma energética, resolvendo que não prestaria nenhum tipo de assessoria técnica aos pescadores do setor caso estes explorassem o Lago Mamirauá. Além disso, o Instituto retirou todo o apoio que dava ao sistema de proteção ambiental da área e demitiu os dois guarda-parques do Setor.

A associação de comunitários ligados ao turismo tentou também articular uma resposta a mudança de categoria, mostrando dados sobre a geração de renda proveniente da atividade turística e para pedir esclarecimentos sobre a pesca no Lago Mamirauá. Uma reunião foi convocada, onde a disputa entre as duas partes ficou ainda mais acirrada. A própria pauta da reunião refletia essa cisão: “Pesca ou ecoturismo ou entrar em um acordo de pesca em outra área, mas não no Lago Mamirauá”.

A estratégia da gerente da pousada era (i) mostrar para as comunidades a importância econômica da atividade turística para as famílias do setor; (ii) mostrar para as instituições presentes que não havia consenso entre os próprios comunitários sobre a mudança de categoria do Lago Mamirauá; (iii) tentar mostrar através dos argumentos dos técnicos convidados por que a pesca deveria ser realizada em outra área.

Então aqui nesses anos todos já foi voltado direto para as famílias e para as comunidades [um valor de] R\$ 1.469.478 [...] Se isso não tivesse gerado através do turismo o que será que aconteceria hoje e qual era a vida dessas famílias? Como é que elas estariam hoje? Será que vai dá falta esses números das famílias beneficiadas? Isso pode prejudicar toda uma demanda do programa de ecoturismo

porque lá [Lago Mimirauá] é uma área de proteção [...]. Todos eles que vêm à pousada eles vêm com esse destino, eles vêm porque aqui nós somos reconhecidos [...] que nós somos um setor organizado e que a gente tem uma área protegida tanto de peixes como de árvores da floresta. Se de repente isso desandar nosso ecoturismo, por meio dos turistas, ele vai à falência. (Ednelza Martins, gerente da Pousada Uacari, depoimento em reunião do Setor Mimirauá, Comunidade Tapiira, 19 ago. 2011).

Os líderes dos pescadores rebateram os argumentos. Para eles a renda gerada pela atividade turística não era suficiente para todas as famílias do setor e estava concentrada em poucas pessoas. Em relação à falta de consenso sobre a atividade de pesca manejada no Lago Mimirauá, os pescadores mostraram uma lista das pessoas que teriam assinado concordando com a pesca e mostraram que a maioria dos moradores estava a favor e não contra. O coordenador do setor tentou mostrar que tudo havia sido feito de forma transparente.

Os pescadores argumentavam principalmente que o Estado não tinha condições de fazer a proteção da unidade de conservação, pois quem havia protegido a área durante anos foram os comunitários do setor, muitas vezes de forma voluntária. Mas segundo essas lideranças, a proteção da área era feita com a ideia de um dia terem como *colher os frutos* daquele trabalho. Para eles, quem estava recebendo os benefícios eram as pessoas de fora, a quem se chamava de invasores. A conclusão a que chegaram foi que a proteção não estava sendo eficaz porque não havia pessoas e recursos suficientes. Mas se houvesse a possibilidade de fazer o manejo de pirarucu no lago, outros comunitários iriam aderir ao sistema de proteção ambiental ou ao menos iriam diminuir a invasão da área.

Meu amigo, o IPAAM, o CEUC, o [Instituto] Mimirauá, e a Pousada [Uacari] não têm ninguém vigiando aí dentro. Como você acabou de falar [se referindo ao representante do Estado], o Estado não tem condições de pôr gente lá dentro, né? Porque o trabalho que era realizado, *a população esperava ter fruto depois* [...] E uma outra coisa que eu vou colocar aqui que também não funciona, disso eu tenho base, é trabalhar com pessoas voluntárias porque o cara vai no dia em que ele quer, a hora que ele quer, ele só fica no trabalho até a hora que ele quer, né? Tivemos um avanço bom porque a gente trabalhava com a diariuzinha.⁵ Mas a partir de as pessoas desconfiarem que estavam trabalhando principalmente pras pessoas de fora, então não vão! Não adianta colocar 100 agentes ambientais aqui no

⁵ Referindo-se às diárias pagas pelo IDSM.

setor e em qualquer setor desse da reserva. Se o cara só tem gasolina, só tem motor e rancho, e a família dele, meu irmão? Esse é uma coisa que hoje eu venho lutando porque eu acho que não é certo [...] E outra coisa eu vi que a nossa população, ela pensava em coisa melhor e tinha uma esperança a colher e não teve. Hoje nós estamos dispostos a fazer outro tipo de serviço, tá? Quero informar isso ao Rodrigo que é representante do estado que nós estamos querendo capacitar pessoas pra tomar conta dessa área voluntariamente, *mas com esse interesse de tirar o pescado*. (Arisson Carvalho, guarda-parque, depoimento em reunião do Setor Mamirauá, Comunidade Tapiira, 19 ago. 2011).

Diante da mudança de categoria do lago, as lideranças do setor esperavam que o Instituto Mamirauá apoiasse o manejo com assessoria técnica. Mas como isso não aconteceu, procuraram estabelecer parcerias com outras instituições, como a Fundação Amazonas Sustentável (FAS), o IDAM e o próprio CEUC, gestor da unidade. Mas nenhuma dessas instituições tinha corpo técnico baseado regionalmente para conseguir levar adiante a assessoria ao manejo. Outra variável importante é o contexto político-institucional que havia mudado a partir da entrada de novos agentes sociais, principalmente a FAS, que começou a atuar na área a partir de 2008 implantando o Programa Bolsa Floresta.⁶ Com o apoio logístico e financeiro dessa instituição, os moradores se sentiram mais capazes de romper com relações institucionais previamente estabelecidas.⁷

O episódio relatado acima demonstra que estratégias de conservação da biodiversidade devem considerar motivações econômicas, assim como modos de proteção ambiental. Na Amazônia, onde os territórios são amplos e a capacidade institucional limitada, as motivações econômicas podem servir como incentivo para a conservação, caso os agentes sociais considerem os benefícios econômicos importantes. Entretanto, no caso tratado aqui, embora houvesse uma relação entre a atividade turística e a motivação para a preservação para aqueles que recebiam benefícios econômicos diretos, os resultados econômicos gerados pela atividade turística não foram distribuídos

⁶ Uma compensação financeira para os serviços prestados pelas populações tradicionais e indígenas do Amazonas, que em troca do compromisso com o desmatamento zero, recebem do Programa Bolsa Floresta aportes financeiros tanto para as famílias (Bolsa Floresta Familiar) como para as associações locais (Bolsa Floresta Associação) e os sistemas de produção (Bolsa Floresta Renda).

⁷ Em janeiro de 2012 havia rumores que as lideranças do setor estariam planejando passar a gestão compartilhada da Pousada Uacari para as mãos da FAS. O Prefeito de Uarini também expressou a intenção de conseguir a gestão da Pousada Uacari para a prefeitura, usava isso como plataforma de eleição e pedia apoio político dos moradores do setor.

suficientemente para justificar a manutenção do *status* do lago como proteção integral. Além disso, ocorreu que o nível de organização das comunidades e de atenção às normas de uso ficou ligado à presença de incentivos econômicos advindos da atividade de ecoturismo. Nos anos que havia excedentes a relação foi positiva; em outras ocasiões a relação foi negativa.

O setor esteve historicamente dividido entre dois grupos de comunidades: aquelas envolvidas mais diretamente não só com o turismo, mas com atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas pelo Instituto Mamirauá, e aquelas comunidades que não tinham um envolvimento maior com essas atividades. O segundo grupo, além de não ter incentivos econômicos para proteção da área, era o que fazia maior pressão sobre os recursos naturais e por isso era qualificado como *invasor*. O grupo associado ao turismo não entendia por que seus líderes e guarda-parques estavam se associando a esses pescadores, que apesar de nunca terem contribuído para a proteção da área, queriam agora colher os frutos de anos de preservação através do manejo de pesca.

Ocorria que os líderes do setor se encontravam em uma situação complexa. Anos de experiência com a proteção da área mostravam que quando havia invasão por parte de pescadores da cidade de Tefé ou de Alvarães, estes estavam associados aos comunitários do próprio setor. Além disso, esses invasores eram reincidentes e ficaram impunes durante anos. Os líderes se sentiam “nadando contra a corrente”. Resolveram adotar outra estratégia, a de unir-se aos chamados *invasores*, reconhecendo seu direito de uso aos recursos naturais da área para atraí-los como aliados. Mas para isso era necessário conseguir o acesso ao Lago Mamirauá, não só por causa dos recursos preservados, mas também pelo valor simbólico do lugar, palco das grandes disputas socioambientais travadas durante os últimos vinte anos, onde os agora parceiros eram, antes, antagonistas. A ideia era estabelecer relações sociais de reciprocidade com aquele conjunto de pescadores envolvendo-os na sua rede de relações mesmo que, para isso, fosse necessário distanciar-se dos seus antigos aliados, os pesquisadores.

A primeira pesca do grupo de pescadores do setor dentro do lago Mamirauá aconteceu em outubro de 2012. Durante a pesca, muitas normas de uso não foram atendidas, como o tamanho mínimo permitido, o tamanho das malhas de redes de pescar. A cota liberada para a pesca que era de cinco toneladas de tambaqui foi ultrapassada em cerca de 20 toneladas. Por conta disso, o líder do grupo de pescadores recebeu uma multa

do órgão de fiscalização ambiental do Amazonas (IPAAM). Ademais, muitos pescadores envolvidos não receberam o pagamento da sua produção, o que resultou em descontentamento de alguns pescadores que apoiavam previamente o grupo.

O grupo que se opunha à pesca no lago Mamirauá se articulou para retomar a mudança da categoria na pauta do Conselho Deliberativo da Reserva. Ao entender que aquela decisão não era unanimidade no setor, os conselheiros pediram ao CEUC que realizasse reuniões em todas as comunidades para consultar todos os moradores sobre a decisão. Foram feitas reuniões onde ambos os lados argumentavam os motivos de seu pleito e os presentes votavam se eram a favor da categoria de preservação ou da pesca no lago. O resultado foi que 107 votaram a favor da preservação total e 155 votaram a favor da pesca.

CONCLUSÕES

Em uma situação anterior de *acesso livre*, a ação de *guardar lagos*, incentivada pela Igreja Católica por meio do Movimento de Preservação, impactava diretamente na exclusão dos usuários externos (depois classificados como invasores). A divisão dos lagos em seus tipos de uso revela os princípios norteadores do movimento. Em primeiro plano há a escolha de lagos de manutenção, pois, a motivação inicial era de garantir “o pão nosso de cada dia” – nesses lagos os ribeirinhos não poderiam realizar a pesca comercial. Em segundo lugar, havia a escolha do lago de procriação. A lógica era de garantir que este lago pudesse com o tempo “repovoar” os demais.⁸ A categorização de lagos como *santuários* e o impedimento de realizar a pesca comercial nos lagos de manutenção refletem também o caráter *preservacionista* do movimento mediado pela Igreja, justificado porque estabeleceria uma relação de respeito com a natureza, vista como criação Divina. Ao contrário a pesca predatória comercial que teria como objetivo o lucro, estaria contrariando os preceitos de respeito à *Criação*.

Para os moradores da área a ação de “guardar lagos” garantiu a recuperação dos estoques e o reconhecimento externo do direito dos pescadores locais aos mesmos. Foi um investimento de trabalho que era também justificativa para exclusividade de acesso aos recursos naturais. Quando a exclusividade de acesso foi garantida pela demarcação da unidade de conservação, menos incentivos existiam para a ação de guardar os lagos.

⁸ No período das cheias, os rios inundam as áreas de várzea e os corpos hídricos se interconectam.

Mas o turismo forneceu novos incentivos para a proteção da área e para a atenção aos critérios de sustentabilidade porque estabeleceu uma associação direta entre a proteção integral do lago Mimirauá e os benefícios econômicos advindos por do fluxo de turistas à área. Mas a proteção integral do lago se justificava porque era um “atrativo turístico”, ou seja, estava associada a uma atividade econômica. Era, portanto, destinado ao uso, embora indireto.

Para os cientistas do Instituto Mimirauá a ação de *guardar* justificava-se porque as áreas de proteção integral serviam como áreas-fonte para aquelas áreas-sumidouro de uso sustentável. Ou seja, “guardar é um dos princípios da conservação”. Com base em critérios científicos, o Instituto defendia o zoneamento original porque acreditava que aquele sistema cumpria com critérios ecológicos de sustentabilidade, que eram inegociáveis. Do ponto de vista político, o Instituto não abria mão do zoneamento porque acreditava que a mudança de categoria poderia impactar todo o sistema com a retirada de áreas de proteção integral do zoneamento da unidade.

Para os moradores que desejavam pescar na área, não havia lógica em preservar sem colher os frutos do trabalho. Para eles, “guardar é para tirar depois”. Eles haviam protegido a área durante anos com o intuito de usá-la comercialmente por meio do manejo de pesca. “O que adianta a gente vigiar se o pessoal de fora que vem pescar os peixes?”. Eles estavam “guardando para os outros levarem” e isso não fazia sentido. Para eles, a preservação deveria ter uma utilidade prática.

Do ponto de vista dos moradores do setor, ambos os grupos – os ligados ao turismo e os pescadores – estavam lutando pelo *uso econômico* da área de proteção integral. Da parte dos primeiros a proteção se justificava porque os animais eram fonte de atrativos turísticos. Mas para os pescadores a renda gerada por meio do turismo não era distribuída o suficiente para justificar a manutenção do status do lago como proteção integral. Apenas por meio do manejo de pesca eles poderiam “colher os frutos” da preservação.

O caso mostra que se existem maneiras de regular o comportamento de outros agentes, faz sentido regular o seu próprio comportamento. A proibição atua como um incentivo negativo: faz sentido atender as normas, se há controle e punição aos infratores. Mas se não há controle externo e a punição não é garantida, esses incentivos não existem. Os objetivos propostos pelas reservas de uso sustentável dependem da efetiva participação das populações locais– considerando não apenas os moradores locais, mas

todos aqueles que têm interesse na área e podem beneficiar-se de seu uso sustentável. Para que as populações possam adaptar seu próprio comportamento aos critérios de sustentabilidade socioambiental é necessário também que existam incentivos positivos para adesão ao pacto socioambiental e o manejo sustentável atua como incentivo positivo.

REFERÊNCIAS

- ADAMS William. M. et al. Biodiversity Conservation and the Eradication of Poverty. *Science* 306, 1146, 2004
- AGRAWAL, A. e Ostrom, E. Political Science and Conservation Biology: a Dialog of the Deaf. *Conservation Biology* Volume 20, No. 3, 681–682. 2006
- AGRAWAL, Arun. Sustainable Governance of Common-Pool Resources: context, methods, and politics. *Annu. Rev. Anthropol.* 32:243-62. 2003.
- ALBERT, Bruce. O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza. *Série Antropologia*, 174. UNB, 1995.
- BRANDON, K. *People, parks, forests or fields*. A realistic view of tropical forest conservation. *Land Use Policy*, Vol. 12, No. 2, pp. 137-144, 1995.
- BRANDON, Katrina & Kent H. Redford e Steven E. Sanderson (eds.) *Parks in Peril: People, Politics and Protected Areas*. Washington, DC/Covelo, California. The Nature Conservancy/ Island Press, 1998.
- BRASIL. Sistema Nacional das Unidades de Conservação. LEI Nº 9.985, 18 de julho de 2000.
- CHAPIN, M. A Challenge to Conservationists: Can we protect natural habitats without abusing the people who live in them? *World Watch Magazine*, v. 17, n. 6, 2004.
- DERICKX, João. *No coração da Amazônia: Juruá o rio que chora*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- DERICKX, João. *No coração da Amazônia: Juruá o rio que chora*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- DIEGUES, Antonio Carlos. *Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996.

- FERRARO, Paul and Kiss, Agnes. Direct Payments to Conserve Biodiversity. *Science* 29 November 2002: Vol. 298 no. 5599 pp. 1718-1719
- GOSSLING, S. Ecotourism: A means to safeguard biodiversity and ecosystem functions? *Ecological Economics*, v. 29, p. 303 – 320, 1999.
- HAYES, Tanya. *Parks, People, and Forest Protection: An Institutional Assessment of the Effectiveness of Protected Areas*. World Development Vol. 34, No. 12, pp. 2064–2075, 2006
- IDSMM – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ.
[Ata da reunião de divisão de excedentes]. Pousada Uacari, fev. 2008a. Documento interno.
- IDSMM – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ.
[Parecer sobre a modificação da categoria do lago Mamirauá]. Tefé, 2012. Documento interno.
- IDSMM – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ.
Balço social. Tefé: IDSMM, 2011.
- IUCN – INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE. *Third World National Parks Congress*. Recommendations (Bali, Indonesia, October 11-22, 1982) *apud* SCHERL, Lea M. *et al. As áreas protegidas podem contribuir para a redução da pobreza? Oportunidades e limitações*. Gland; Cambridge (UK): IUCN, 2006. Disponível em: <<http://data.iucn.org/dbtw-wpd/edocs/2004-047-Pt.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2013.
- JÁNER, Ariane. Estudo de viabilidade econômica para o desenvolvimento do ecoturismo na RDS Mamirauá. Rio de Janeiro: Ecobrasil, 1998.
- KISS, A. Is community-based ecotourism a good use of biodiversity conservation funds? *Trends in Ecology and Evolution*. v. 19, n. 5, p. 231 - 237, 2004.
- LIMA, D.M. . Ética e política ambiental na Amazônia contemporânea. Boletim Rede Amazônia JCR, v. 1, n. 1, p. 37-43, 2002.
- LIMA, Deborah M. Equidade, desenvolvimento sustentável e conservação da biodiversidade. In: CASTRO, Edna; PINTON, Florence (Org.). *Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. 1. ed. Belém: Cejup, 1997. v. 1. p. 285-314.
- LIMA, Deborah M. *The Social Category Caboclo: History, Social Organization, Identity and Outsider's Local Social Classification of the Rural Population of An*

- Amazonian Region (the Middle Solimões). 1992. Thesis (PhD) – University of Cambridge, Cambridge (UK), 1992.
- MOURA, Edila et al. Pirâmide etária, situação educacional e considerações sobre a política de planejamento familiar das Reservas Mamirauá e Amanã. Tefé: IDSM, 2012. Relatório parcial dos dados dos Estudos Demográficos.
- MOURA, Edila. *Práticas socioambientais na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá estado do Amazonas, Brasil*. 314 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.
- OSTROM, Elinor. *Governing the Commons: The Evolution of Institutions For Collective Action*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1990.
- OZÓRIO, Rodrigo; JÁNER, Ariane. Plano de negócios da Pousada Flutuante Uacari, Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá: análises sobre o passado e reflexões para o futuro. Tefé: IDSM, 2012. Relatório.
- PERALTA, N. B. *Os ecoturistas estão chegando: Aspectos da Mudança Social na RDS Mamirauá*. Dissertação (Mestrado) – (Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos), 2005. 204 f. Belém: UFPA/NAEA, 2005.
- PERALTA, N.; MOURA, E.; NASCIMENTO, A. C.; LIMA, D. Renda doméstica e sazonalidade em comunidades da RDS Mamirauá, 1995-2005. *UAKARI*, v. 5, n.1, p. 7 - 19, 2009.
- PUTNAM, Robert. *Making democracy work*. Cambridge University Press, 1993.
- RANDS, Michael *et al.* Biodiversity Conservation: Challenges Beyond 2010. *Science* 329, 1298 (2010).
- REDFORD, K. and Sanderson, S. Extracting Humans from Nature. *Conserv. Biol.* 14:1362-64. 2000.
- REDFORD, K. The Ecologically Noble Savage. *Orion* 9:24-29. 1991.
- REIS, Marise. *Arengas & psicas: reações populares à Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá no Estado do Amazonas*. Belém: Sociedade Civil Mamirauá, 2005.
- SANDERSON, S., and K. Redford. 2003. Contested relationships between biodiversity conservation and poverty alleviation. *Oryx* 37:389–390.

- SCHWARTZMAN, Stephan, Daniel Nepstad, Adriana Moreira. Rethinking tropical forest conservation: perils in parks. *Conserv. Biol.* 14:1351-57. 2000.
- SCOTT, J. C. 1985. Weapons of the eak: everyday forms of peasant resistance. Yale University Press, New Haven, Connecticut.
- TERBORGH, John. Requiem for Nature. Washington: Island Press. 1999.
- WEST, P.; IGOE, J.; BROCKINGTON, D. Parks and Peoples: The Social Impact of Protected Areas. *Annu. Rev. Anthropol.* v. 35, p. 251-77, 2006.
- WOOD, D. Conserved to death: are tropical forests being over-protected from people? *Land Use Policy* 1995 12 (2) 115-135
- WUNDER, S. Ecotourism and economic incentives — an empirical approach. *Ecological Economics.* v.32, p. 465 – 479, 2000.